

## A FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE SOB NOVO PARADIGMA FORMATIVO NOS PROGRAMAS ESTADUAIS DE ALFABETIZAÇÃO

Danyela Medeiros<sup>1</sup>  
Shirleide Pereira da Silva Cruz<sup>2</sup>

**Resumo:** Esse artigo busca identificar e caracterizar a atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) na rede estadual de Goiás, enfatizando o Programa de Alfabetização AlfaMais Goiás, tendo como foco, o impacto sobre a formação continuada de professores. O novo paradigma formativo se refere às mudanças nas práticas de formação profissional que resultam dessas dinâmicas. Com caráter qualitativo e utilizando a pesquisa documental sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético, a pesquisa segue uma metodologia que inclui a análise do Programa Estadual AlfaMais Goiás no contexto do Acordo de Cooperação com o Aparelho Privado de Hegemonia, Associação Bem Comum (ABC) e seus parceiros institucionais. A presença desses APH nas redes públicas estaduais via Regime de Colaboração é justificada pela busca de melhorias na qualidade do ensino, com eficiência gerencialista e garantia da alfabetização de todos os estudantes até o 2º Ano do Ensino Fundamental. Os resultados mostram que o APH, Associação Bem Comum (ABC), têm desempenhado um papel hegemônico na definição das políticas de alfabetização não só no estado de Goiás, mas em todo o país. A pesquisa revela que a privatização da educação tem avançado para a educação básica, impactando significativamente a trajetória profissional docente. Os princípios empresariais têm sido adaptados para gerenciar redes de ensino e influenciar os processos formativos, levando a um novo paradigma, que privilegia formações de curto prazo, voltadas para a execução do Programa em si numa valorização ligada a meritocracia e não da relação formação para o trabalho docente.

**Palavras-chave:** formação continuada. Terceiro Setor. educação pública.

## CONTINUING EDUCATION FOR TEACHERS UNDER A NEW FORMATIVE PARADIGM IN STATE LITERACY PROGRAMS

**Abstract:** This article aims to identify and characterize the role of Private Hegemony Apparatuses (PHA) in the state education network of Goiás, emphasizing the AlfaMais Goiás Literacy Program, with a focus on its impact on the continuing education of teachers. The new formative paradigm refers to changes in professional training practices that result from these dynamics. With a qualitative approach and using documentary research from the perspective of historical and dialectical materialism, the study follows a methodology that includes the analysis of the State Program AlfaMais Goiás in the context of the Cooperation Agreement with the Private Hegemony Apparatus, the Bem Comum Association (ABC), and its institutional partners. The presence of these PHAs in public state networks through the Regime of Collaboration is justified by the pursuit of improvements in education quality, with managerial efficiency and the guarantee of literacy for all students by the 2nd Year of Elementary School. The results show that the PHA, Bem Comum Association (ABC), has played a hegemonic role in defining literacy policies not only in the state of Goiás but throughout the country. The research

<sup>1</sup> Mestra em Educação pela Universidade de Brasília. Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. E-mail de contato: danyelamedeiros@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Educação, Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília no Departamento de Políticas e Gestão da educação-PGE/UnB. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre formação e atuação de professores/pedagogos-GEPFAPe-UnB e do Centro de Estudos em Educação e Linguagem-UFPE. E-mail de contato: shirleidesc@gmail.com

reveals that the privatization of education has advanced into basic education, significantly impacting the professional trajectory of teachers. Business principles have been adapted to manage education networks and influence formative processes, leading to a new paradigm that prioritizes short-term training focused on the execution of the Program itself, valuing meritocracy rather than the relationship between training and teaching work.

**Keywords:** continuing education. Third Sector. public education.

### **FORMACIÓN CONTINUA PARA DOCENTES BAJO UN NUEVO PARADIGMA FORMATIVO EN PROGRAMAS ESTATALES DE ALFABETIZACIÓN**

**Resumen:** Este artículo busca identificar y caracterizar la actuación de los Aparatos Privados de Hegemonía (APH) en la red estatal de Goiás, enfatizando el Programa de Alfabetización AlfaMais Goiás, con un enfoque en el impacto sobre la formación continua de los profesores. El nuevo paradigma formativo se refiere a los cambios en las prácticas de formación profesional que resultan de estas dinámicas. Con un carácter cualitativo y utilizando la investigación documental desde la perspectiva del materialismo histórico y dialéctico, la investigación sigue una metodología que incluye el análisis del Programa Estatal AlfaMais Goiás en el contexto del Acuerdo de Cooperación con el Aparato Privado de Hegemonía, Asociación Bem Comum (ABC) y sus socios institucionales. La presencia de estos APH en las redes públicas estatales a través del Régimen de Colaboración está justificada por la búsqueda de mejoras en la calidad de la enseñanza, con eficiencia gerencialista y garantía de alfabetización de todos los estudiantes hasta el 2º Año de Educación Fundamental. Los resultados muestran que el APH, Asociación Bem Comum (ABC), ha desempeñado un papel hegemónico en la definición de las políticas de alfabetización no solo en el estado de Goiás, sino en todo el país. La investigación revela que la privatización de la educación ha avanzado hacia la educación básica, impactando significativamente la trayectoria profesional docente. Los principios empresariales se han adaptado para gestionar redes educativas e influir en los procesos formativos, llevando a un nuevo paradigma que privilegia formaciones a corto plazo, orientadas a la ejecución del Programa en sí, con un enfoque en la meritocracia y no en la relación de formación para el trabajo docente.

**Palabras clave:** formación continua. Tercer Sector. educación pública.

### **A atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia nos sistemas públicos de ensino**

A influência crescente de Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), como fundações, ONGs e instituições do Terceiro Setor, privadas de grande porte, nas políticas públicas educacionais gera debates importantes sobre a autonomia do sistema educacional. Os APH, conforme o conceito gramsciano, referem-se a instituições e organizações que, embora não sejam estatais, exercem uma forte influência ideológica sobre a sociedade. No contexto educacional, alguns exemplos incluem fundações privadas (como Fundação Lemann e Instituto Ayrton Senna), ONGs, organizações empresariais (como o Movimento Todos pela Educação), instituições religiosas, mídia, e organizações multilaterais (como o Banco Mundial). Esses aparelhos buscam moldar a educação e a sociedade conforme interesses econômicos e políticos

dominantes. Essa pesquisa busca investigar como essas instituições, ao atuarem em parceria com redes estaduais de educação, moldam políticas de formação continuada de professores, muitas vezes alinhadas a interesses mercadológicos e de controle social.

Para conduzir nosso percurso metodológico escolhemos a pesquisa documental que foi primeiramente feita nos sites oficiais das Secretarias Estaduais de Educação. O objetivo foi identificar quais os APH atuam em parcerias com as Secretarias de Educação, em Programas estaduais para a alfabetização. A partir dessa etapa foi possível identificar a presença majoritária de um APH Associação Bem Comum, que atua em Rede, juntamente com a Fundação Lemann e Instituto Natura em 15, das 27 unidades da federação na governança de Programas de Alfabetização com a atuação em processos ligados ao trabalho e à carreira docente. A Associação Bem Comum, portanto, passou a ser o foco do nosso estudo, a partir do reconhecimento da presença de forma hegemônica na maioria dos estados brasileiros a partir de Acordos de Cooperação em programas de Alfabetização: Criança Alfabetizada, Alagoas (AL), Criança Alfabetizada, Amapá (AP), Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo – Paes, Espírito Santo (ES), AlfaMais Goiás (GO), Escola Digna, Pacto Alfabetização, Maranhão (MA), Alfabetiza Pará, Pará (PA), Alfabetiza Mais Paraíba, Paraíba (PB), Educa Juntos, Paraná (PR), Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa, Piauí (PI) e Alfabetiza Juntos SP, São Paulo (SP).

Em um segundo momento, escolhemos para a representação da Região Centro-Oeste - na qual nosso programa está inserido - o Programa AlfaMais Goiás e passamos a identificação dos dados nos documentos que respondem a questão de pesquisa: quais as configurações se dão em um novo paradigma formativo nos programa estadual de alfabetização, a partir da parceria com a Associação Bem Comum. Ao todo foram disponibilizados 39 documentos, 21 destes enviados por e-mail pela coordenação do Programa e os demais 18, são de domínio público, disponibilizados no site da instituição. Assim, organizamo-os conforme a área de destinação: (8) poder legislativo: leis e decretos; (8) poder executivo: portarias, ofícios, termos, publicações; (3) técnico-pedagógicos: relatórios, declarações; (3) área financeira: plano de aplicação de recursos, relatório de valores; (21) Pedagógico: projeto de curso, materiais de formação, orientações; (2) Material didático: livros didáticos e paradidáticos. A análise dos documentos teve como foco entender como os processos de formação continuadas de professores e gestores orientados dentro da relação estado x instituições privadas.

A formação continuada de professores é fundamental para garantir o desenvolvimento profissional docente e melhorar a qualidade da educação. No entanto, quando essas formações são realizadas em parceria com entidades privadas, há o risco de que enfoquem modelos de gestão e ensino baseados em eficiência e padronização, em detrimento de uma educação crítica, emancipadora e socialmente referenciada. Esses modelos, comumente baseados em metas de produtividade e resultados quantitativos, podem reduzir o espaço para reflexões críticas, impactando negativamente a autonomia docente e o desenvolvimento de práticas pedagógicas diversificadas.

Além disso, essa interferência pode enfraquecer o papel do Estado na educação, deslocando decisões pedagógicas para atores privados e impondo currículos e metodologias que podem não ser adequados à realidade local.

Portanto, esse estudo se justifica pela necessidade de compreender como os Aparelhos Privados de Hegemonia interferem na formação continuada dos professores, influenciam políticas públicas educacionais e impactam a qualidade do ensino nas redes estaduais, propondo reflexões que visem à preservação da autonomia pedagógica e à valorização de uma educação crítica e inclusiva. Essa discussão é fundamental para assegurar que as políticas de formação continuada estejam voltadas para o fortalecimento de uma prática educativa emancipadora, alinhada às reais necessidades dos profissionais da educação e das comunidades em que atuam.

Nesta perspectiva, à escola cabe a função de adequação às novas exigências do mercado pois é campo privilegiado de intervenções políticas. Assim, cada escola com adoção de um pacote de serviços, procura cumprir as metas impostas, dentre elas, as do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que incentiva a competitividade entre as instituições a fim de figurarem entre as melhores escolas do município ou do estado.

Com o federalismo cooperativo, definido pela Constituição Federal de 1988 (CF), Estados e Municípios e o Distrito Federal, estabelecem uma relação pelo Regime de Colaboração, respeitada a autonomia de cada ente, que passam a compartilhar as decisões sobre as ações da colaboração entre si e com parceiros externos públicos ou privados. Para a educação, o texto legislativo afirma que os entes federados “definirão formas de colaboração de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório” (Brasil, 1988, n.p.).

Assim, a União, dentre outras ações, tem a prerrogativa de coordenar a política nacional para a alfabetização e garantir sua articulação com os programas estaduais e ou municipais juntamente com seus sistemas de ensino.

Nesse contexto as políticas nacionais em torno da alfabetização, estão incluídas nos processos de acordo com o Regime de Colaboração com bastante destaque no contexto educacional e em muitas vezes está imbricada com relações de cooperação a partir da política nacional estabelecida. É o caso da política atual, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada que, segundo seu documento norteador, promete subsidiar em apoio técnico e financeiro aos programas estaduais para a materialização da meta 5 do Plano Nacional de Educação (2014 a 2024), em alfabetizar todas as crianças brasileiras ao fim do 2º ano do Ensino Fundamental.

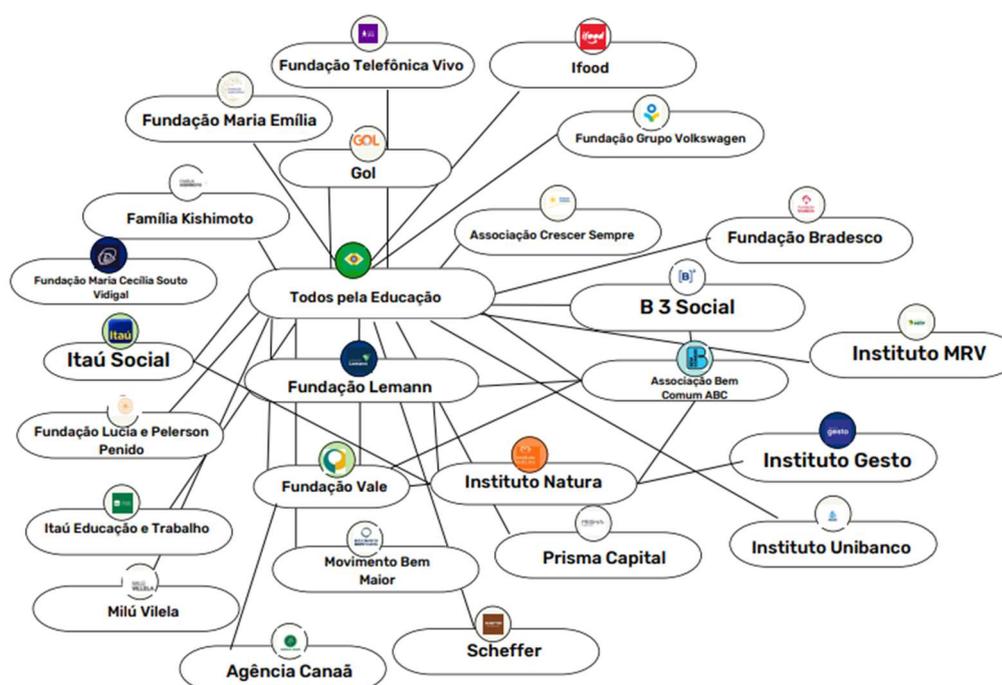
No contexto da colaboração, a presença dos processos de privatização entre os entes federativos se manifesta a partir de um movimento orquestrado dos Aparelhos Privados de Hegemonia, que deriva de lacunas quanto à regulação pelo Estado, inclusive na ausência do Sistema Nacional de Educação (SNE), previsto no último Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014. O SNE deveria pôr em prática as condições para a materialização do Regime de Colaboração: “definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino” (Ramos, 2012, p. 67).

No processo de estabelecimento dos princípios de colaboração, a União têm um papel fundamental na normatização de cooperações técnicas. Já nos estados, municípios e no Distrito Federal, vão surgindo novos modos de colaboração, tais como os já descritos acima, para cumprir com as responsabilidades e assumir as demandas que no caso de nossa pesquisa, na alfabetização de crianças, os municípios vão recebendo o suporte tanto do governo do estado quanto da Política Nacional para a Alfabetização.

A partir de então, conseguimos visualizar um movimento imbricado entre o setor público e o setor privado no qual há uma inversão de papéis nos programas estaduais para a alfabetização. Pois, quem assume a proposição do Acordo de Cooperação com a PARC, Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração, entre as instituições é o Aparelho privado de Hegemonia, Associação Bem Comum (ABC), que atua diretamente, assinando o Acordo de cooperação com a Secretaria Estaduais de Educação, Instituto Natura, Fundação Lemann. Por sua vez essas instituições têm outros parceiros institucionais e investidores, que

atuam em rede, indiretamente nesse contexto de parceria, como a Associação Nova Escola, B3 social e Fundação Valle. A denominação dada pela Fundação Lemann para esses parceiros indiretos é de “ecossistema de impacto” (Figura 1), por reunir uma gama de organizações empresariais e universidades.

**Figura 1** – Redes de atuação – APH com atuação na formação docente e em Programas estaduais de alfabetização



**Fonte:** Elaborada pela autora com os dados da Pesquisa Documental, 2024.

De acordo com a análise de Curado Silva (2019), nos últimos anos, em muitos estados brasileiros o poder público tem preferido as parcerias com ONG e empresas de consultoria para a construção e projetos curriculares estaduais ou para a implantação das reformas pretendidas pelo Estado, apontando-os como mais competentes e objetivos que as equipes das universidades brasileiras. Nesse contexto, a tarefa da formação continuada de professores é reduzida à disseminação e/ou implantação de projetos educativos muitas vezes contraditórios a um projeto formativo emancipador (Curado Silva, 2019). Ainda segundo a autora,

O Estado deve assumir a formação de professores em suas universidades e/ou faculdades estaduais e municipais como forma de garantir um projeto de formação, a qualidade e as condições concretas para a efetivação do profissional docente[...]Tal modelo pedagógico de formação possibilitaria inverter a relação teoria e prática na direção da superação da mera “aplicação da teoria” para a práxis [...] Assim, para os docentes, reafirma-se a importância da formação em tempo integral na universidade, considerando que tais profissionais não necessitam apenas dos saberes científicos e práticos associados aos conteúdos a serem ensinados, pois ao se constituírem como educadores, tornam-se também profissionais da ética, do conhecimento, da cultura, do desenvolvimento e da formação humana (Curado Silva, 2019, p. 104-105).

Portanto, ao assumir uma formação voltada aos princípios gerenciais empresariais, os programas estaduais de alfabetização, assumem um projeto de formação mais conectado ao perfil do professor, engajado, prático, flexível e responsável por sua própria formação. Muito menos voltada para uma formação integral do docente, voltada ao projeto emancipador de formação humana que reconhece a unidade entre a teoria e a prática.

A seguir, caracterizamos a Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), que conduz a formação de professores alfabetizadores no Programa AlfaMais Goiás, política estadual de educação para a alfabetização no estado de Goiás.

### **Parceria PARC Associação Bem Comum e o Programa AlfaMais Goiás**

A Associação Bem Comum (ABC) figura como executora em acordos de cooperação técnica para a alfabetização, com hegemonia na condução das políticas de alfabetização, hoje, em grande parte do território brasileiro. A ABC se apresenta nos seguintes termos:

A Associação Bem Comum, fundada em 2018, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação civil, de caráter educacional, que tem como objetivo, dentre outros, contribuir para elaborar e/ou executar políticas públicas em áreas que promovam o desenvolvimento humano integral nos aspectos da educação. [...] Qual a nossa Missão? Apoiar estados e municípios para garantir educação de qualidade de forma efetiva, equitativa e sustentável durante todo o ciclo educacional, com ênfase na alfabetização até os 7 anos de idade. Qual a nossa visão? Todas as crianças aprendendo o esperado para suas idades como condição para serem protagonistas da sua vida e para a construção de um país justo e democrático (Associação Bem Comum, 2024).

A atuação da Associação Bem Comum (ABC) se apresenta como modelo de gestão gerencialista, com soluções cartesianas ao Estado. O modelo de programa tem caráter

incorporado a um discurso de qualidade referenciado por um modelo de bons resultados, passível de comprovação a partir de índices verificáveis, que, segundo a Associação, demonstraram a sua eficácia e aplicabilidade. Sendo assim, o portfólio de apresentação da instituição para os chefes do executivo estadual concentra uma sustentação e uma arquitetura clarificada no modus operandi da gerência capitalista empresarial.

Com o objetivo de melhorar os índices avaliativos – IDEB e SAEGO – o estado de Goiás aderiu aos mecanismos de privatização da educação, integrando a Associação Bem Comum, juntamente com suas entidades parceiras, para o trabalho na gestão pública educacional. Ball (2014) chama esse movimento de “varejo de soluções políticas”, que objetiva levar soluções para a melhoria do desempenho das escolas nos índices de avaliação já referendados, por meio da consultoria e do apoio técnico especializado ligados aos Aparelhos Privados de Hegemonia (APH). A minuta do Acordo de Cooperação entre o estado e a Associação Bem Comum (ABC) expressa a ideia de quase uma obrigatoriedade em se pensar a educação básica com a participação da sociedade civil organizada: “A Educação Básica é dever do Estado, mas de corresponsabilidade da sociedade, pela participação ativa de entidades” (Minuta Acordo de Cooperação Parc, 2023). E ainda, “para o estado e municípios que queiram melhorar os resultados de aprendizagem, a ABC desenvolve iniciativas consistentes para a superação dos desafios apontados pelo IDEB” (Associação Bem Comum, 2023).

A partir do Diagnóstico da Rede de Ensino do Estado de Goiás e da apresentação da proposta para o chefe do poder executivo no estado, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 101/2021, com vigência até 31 de dezembro de 2023, entre o estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Educação, o Instituto Lemann, o Instituto Natura e a Associação Bem Comum, assinado pelos representantes de cada instituição. O acordo tem como objetivo o desenvolvimento de ações efetivas, por meio da colaboração entre o estado e os municípios de seu território, visando à melhoria da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização das crianças (Goiás, 2021, p. 2).

A Associação Bem Comum é denominada no referido termo como executora, e a Fundação Lemann e o Instituto Natura são os apoiadores com responsabilidades definidas: “atuarão de forma conjunta e articulada, conforme suas responsabilidades específicas indicadas no Plano de Trabalho” (Goiás, 2021 p. 4):

**Quadro 1** – Acordo de Cooperação -obrigações e responsabilidades, 2021.

Secretaria de Estado da Educação de Goiás	Implantar o Programa de Alfabetização em Regime de Colaboração; institucionalizar as ações do Programa; implementar mecanismos de incentivos e apoio técnico para o engajamento dos municípios e escolas; participar da estrutura de governança da PARCERIA; assegurar o atingimento dos resultados; viabilizar o acesso às informações, a realização de entrevistas e de Pesquisas no âmbito da parceria; disponibilizar as informações e os documentos necessários à execução das ações da PARCERIA.
Associação Bem Comum	Prestar assessoria para a estruturação e implementação, acompanhamento e monitoramento de Plano estadual de colaboração entre o estado e seus municípios, com ênfase na alfabetização de criança; delinear, em conjunto com o ente público e os apoiadores, o formato da estrutura, assim como, de participar da governança da parceria; responsabilizar-se pelas ações do Plano de Trabalho; sistematizar anualmente informações e documentos com indicadores de resultados do acordo.
Fundação Lemann e Instituto Natura	Delinear a estrutura e participar da governança da PARCERIA.

**Fonte:** elaborada pela autora baseada no Termo no Acordo de Cooperação Técnica, Goiás, 2021.

A partir de então, pela Lei nº 21.071, de 9 de agosto de 2021, do governo do Estado, foi instituído o Programa AlfaMais Goiás, que visa atender turmas da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças até o 2º Ano, e reduzir os índices de alfabetização incompleta.

O Guia do Programa AlfaMais Goiás apresenta os componentes institucionais que dão fluxo às ações do programa. Eles também traduzem as bases ideológicas do modelo gerencial em um todo estruturado e padronizado, que se dispõe a solucionar os desafios de alfabetizar todas as crianças até o 2º Ano do Ensino Fundamental. Portanto, há uma proposta definida de trabalho que informa os processos de profissionalização, pois atua na condução do trabalho pedagógico, na formação, na avaliação e com políticas de bonificação sobre o desempenho.

Essa proposta inclui a flexibilidade, adaptabilidade e produtividade dos profissionais, pelos elementos da institucionalização e fortalecimento da gestão escolar, que, na verdade, promovem um olhar sistêmico para a orientação da metodologia e uso do material didático, para a avaliação e monitoramento. Tal empreendimento depõe contra o processo de autonomia docente e favorece a conformação em uma estrutura ideológica gerencialista, própria das instituições privadas. Segundo o Guia do Programa AlfaMais Goiás,

o Programa AlfaMais Goiás propõe garantir a alfabetização, na idade certa, das mais de 200 mil crianças no Território Goiano, por meio do regime de colaboração com os municípios. Esses, por sua vez, deverão garantir a oferta de apoio logístico e de materiais necessários à realização das atividades pertinentes ao AlfaMais Goiás, disponibilizar equipes técnicas para implementação das ações propostas pelo Programa, cooperar com a Secretaria de Estado da Educação em relação às demais questões educacionais direta ou indiretamente ligadas às ações do Programa AlfaMais Goiás, objetivando, dessa maneira, a ampliação da eficiência e a economia de recursos nas redes públicas de ensino do Estado de Goiás (Goiás,2024-A, p. 19).

Essa estrutura gerencialista se apresenta também como a mais eficaz, com atendimento por especialistas e oferecimento de materiais complementares que resultarão na economia de recursos públicos. Os componentes institucionais do programa irão dar o tom ao projeto de formação para os alfabetizadores.

Outro aspecto que atinge os processos de profissionalização é a meritocracia, pela criação de incentivos e a institucionalização de premiações. O Programa premia anualmente 150 escolas com o valor de R\$ 80 mil para as escolas melhores classificadas no Sistema de Avaliação Estadual de Goiás. Tal elemento está subordinado a uma ideia individualizada de conquista por mérito, o que minimiza o trabalho coletivo como referência para o fortalecimento da carreira. Esses movimentos conduzem a um projeto de formação de lógica empresarial privada e, assim, estabelece-se uma nova configuração para os processos de profissionalização docente.

## O Projeto de formação no Programa AlfaMais Goiás

A Associação Bem Comum (ABC), na parceria PARC, estabelece os critérios para o Plano Formativo da SEDUC, incluindo a duração, a periodicidade e a distribuição ao longo do ano letivo para cada ciclo formativo. Portanto, a governança do programa e o paradigma formativo e avaliativo estão sendo direcionados pelo Aparelho Privado de Hegemonia, Associação Bem Comum.

A formação docente é apresentada no Programa AlfaMais Goiás como de “caráter continuado” e acontece dentro da jornada de trabalho, com o objetivo de apoiar o professor nos desafios do seu dia a dia e em sua rotina na sala de aula. No entanto, ela se conecta com o uso do material didático e seu conteúdo a ser desenvolvido pelos docentes, a partir do material didático complementar disponibilizado pela ABC e impresso e distribuído pela SEDUC/GO.

A formação no programa para os professores alfabetizadores detalha o uso do material didático e metodologias voltadas para o uso do livro didático complementar estruturado para os estudantes e professores do 1º e 2º anos, denominado “LEIA - Leitura, Escrita e Interpretação na Alfabetização”. Segundo a pesquisa de Silva (2021, p. 103), esse material didático estruturado “significa que ele já foi todo planejado em relação aos conteúdos, à ordem em que devem ser trabalhados, ao tempo que deve ser dedicado ao ensino e à avaliação”. Na listagem de setores envolvidos na produção da publicação (expediente), estão a Undime e a Secretaria de Educação de Goiás. Também constam como parceiros a B3 Social, a Fundação Lemann, a Associação Bem Comum e o Instituto Natura.

A formação continuada é voltada para o programa em si e expressa a materialidade da formação no Programa AlfaMais Goiás, em seu propósito de conduzir a estrutura sistêmica do programa. Analisamos o conteúdo programático dos cursos, que está distribuído em quatro módulos, como descrito a seguir:

**Quadro 2 – Conteúdo Programático, Curso do Programa AlfaMais Goiás, 60h, 2022**

Módulo I 20 horas	Título: O currículo no processo de alfabetização: estrutura, diagnóstico e avaliação Tópico 1: Processo de alfabetização na perspectiva enunciativo-discursiva (Documento Curricular Goiás Ampliado -DC-GO Ampliado). Tópico 2: Organização do componente curricular de Língua Portuguesa (competências, campos de atuação, práticas de linguagem e habilidades). Tópico 3: Diagnóstico e monitoramento das aprendizagens. Tópico 4: Conhecendo o LEIA: Leitura, Escrita e interpretação na Alfabetização – Introdução e Vivências 1 e 2 do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.
Módulo II 18 horas	Título: A apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) e o desenvolvimento da oralidade e da competência leitora Tópico 1: Fluência em leitura e o desenvolvimento da competência leitora. Tópico 2: Desenvolvimento da oralidade. Tópico 3: Apropriação do sistema de escrita alfabética. Tópico 4: Diagnóstico e monitoramento das aprendizagens. Tópico 5: Conhecendo o LEIA, Leitura, Escrita e interpretação na Alfabetização – Vivências 3 e 4 do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.
Módulo III 18 horas	Título: A produção de textos no processo de Alfabetização Tópico 1: Processo de planejamento, escrita e revisão de textos na alfabetização Tópico 2: Diagnóstico, acompanhamento e avaliação das aprendizagens Tópico 3: Conhecendo o LEIA, Leitura, Escrita e interpretação na Alfabetização – Vivências 5 e 6 do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.
Módulo IV 4 horas	Título: Práticas exitosas em alfabetização do território goiano Professores do Ensino Fundamental Tópico 1: Retomada e síntese dos conceitos abordados nos módulos anteriores. Tópico 2: Socialização de boas práticas dos professores alfabetizadores dos municípios.

**Fonte:** elaborada pela autora, com base no projeto de curso do Programa AlfaMais (2024).

Os tópicos de cada módulo antecedem o estudo sistemático do livro complementar LEIA, com o objetivo de conhecer o material para sua apropriação e uso em sua totalidade. Assim, os elementos sobre o monitoramento, denominado acompanhamento sistemático e correção de rotas, aparecem no primeiro módulo. O último módulo faz referência aos modelos de boas práticas, como forma ideal comprovada pelas experiências exitosas apresentadas e referenciadas no estado de Goiás. Portanto, podemos concluir que a essencialidade da proposta de formação está assentada no “como fazer” e distanciada do “o quê ensinar”, inclusive sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas, ou seja, nos processos didático-metodológicos que o ensino para a alfabetização requer.

O processo formativo para os docentes é ancorado na ideia de sustentar a realização do Programa AlfaMais Goiás, por meio de critérios definidos, como entender os métodos para aplicação da prova de fluência. A avaliação de fluência, realizada pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, difere das avaliações que acontecem em nível nacional e estadual, pois considera apenas a leitura. A avaliação de fluência objetiva avaliar os níveis de leitura no processo de alfabetização para estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental. O teste de fluência consiste em apresentar aos estudantes, com o uso de um aplicativo disponibilizado e produzido pelo Caed/UFJF, utilizando-se o celular do professor (pode-se admitir um coordenador ou diretor da escola) uma relação com 60 palavras dicionarizadas, 40 pseudopalavras e um texto narrativo curto (no exemplo abaixo, com três parágrafos) e três perguntas para interpretação do mesmo. Os critérios linguísticos são: extensão, sintaxe simples, léxico mais próximo da coloquialidade, progressão canônica e questões de compreensão.

Além da avaliação, o processo formativo considera o acesso ao conteúdo do material complementar - livro complementar LEIA, Leitura, Escrita e Interpretação na Alfabetização - com o intuito de aplicá-lo de forma coerente aos objetivos do programa. Ou seja, a ideia de formação está concentrada na aplicabilidade dos conteúdos do material elaborado por outros sujeitos, diferentes daqueles que realizam a atividade docente. As formações para os gestores são, em sua maioria, on-line, com mentorias personalizadas, ciclos de palestras e encontros formativos. As temáticas dos quatro ciclos formativos envolvem a consolidação do regime de

colaboração e o aprimoramento das ações pedagógicas que possibilitem a implementação de todas as etapas do programa.

Os objetivos do Projeto de Curso para o Programa AlfaMais Goiás se concentram na implementação do Documento Curricular para Goiás Ampliado; na qualificação dos processos pedagógicos desenvolvidos; na reflexão sobre a alfabetização na perspectiva enunciativo-discursiva, de acordo com o material didático complementar do programa (Leitura, Escrita e Interpretação na Alfabetização - LEIA) do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental; na gestão e monitoramento das ações da formação continuada de professores alfabetizadores; e no acompanhamento sistemático do desempenho dos cursistas atendidos pela formação continuada, implementando ações para a correção de rotas (Secretaria de Estado da Educação, Goiás, 2022). Aqui, aparecem as concepções que estão associadas às dimensões da avaliação, da formação continuada e ao desempenho.

Com os mecanismos de privatização, a nova visão de gestão das escolas modifica as perspectivas de formação docente, substituindo os valores sociais, culturais e políticos pelos valores do mercado, centrados na competitividade. Essa competitividade tem como cenário a busca constante por melhores resultados nas avaliações de larga escala e a bonificação associada ao desempenho.

A implementação da lei estadual nº 71.073, de 9 de agosto de 2021, “cria o incentivo à alfabetização, destinado a premiar as escolas públicas da rede estadual e municipal de ensino, de acordo com os resultados do IDEGO-Alfa e do SAEGO” (Lei nº 71.073, de 9 de agosto de 2021). Com isso, é incorporada ao processo de ensino e formação a ideia de bonificação pelo bom desempenho do trabalho docente. Identificamos que há um distanciamento na valorização do trabalho e da carreira docente, pois o pagamento de bolsas ou premiações é feito como pagamentos adicionais, com valores não variáveis e limitados. A estrutura da Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), da Associação Bem Comum, prevê, entre as estratégias sistêmicas, a indicação de R\$ 80 mil para as 150 escolas ranqueadas com os maiores índices no IDEGO-Alfa, sem que essas escolas possam participar em edições consecutivas. Indica também, como estratégia, a cooperação das escolas premiadas, que corresponde ao comprometimento dessas em apoiarem as 150 escolas com índices aquém do

esperado, que também recebem um valor de R\$ 40 mil como incentivo para estratégias de recuperação das aprendizagens.

Esse modelo de formação para os professores alfabetizadores, na verdade, informa um processo de desprofissionalização, ao desvalorizar o trabalhador docente e retirar de sua atividade o seu processo intelectual de planejamento, valorizando o foco na execução das atividades advindas de consultores e especialistas alheios a essa prática. Do mesmo modo, ocorre com o enfraquecimento da carreira, ao promover a competitividade e o empenho para que os docentes tenham acesso a uma premiação que, na verdade, poderia ser agregada ao salário desse trabalhador permanentemente, tendo em vista as lacunas e o retrocesso ligados ao piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

### **Considerações finais**

A dinamicidade dos mecanismos das políticas neoliberais é facilmente observada em programas que se propõem a melhorar os índices de alfabetização, por meio de novas formas políticas de currículos, avaliação, formação docente e verificação do desempenho escolar. A ênfase de tais políticas recai sobre parâmetros de competência, verificáveis nas avaliações externas e nos resultados, a partir de metas e na implementação de modelos de avaliação que priorizam avaliações em larga escala, com exames e indicadores baseados em critérios economicistas; no direcionamento de modelos de gestão mimetizados das novas formas capitalistas de organização e produção, denominados modelos pós-fordistas ou gerencialistas; no incentivo a formas de financiamento e administração das chamadas “parcerias público-privadas”, próximas das relações de um quase mercado; e, por fim, na precarização do trabalho docente, evidenciada na intensificação do trabalho, nas contratações temporárias, na redução da autonomia pedagógica e no controle externo sobre o trabalho (Hypólito; Dos Santos Vieira; Leite, 2012). Esses últimos aspectos atingem diretamente o processo de profissionalização dos professores alfabetizadores, pois trazem novas configurações para sua formação continuada, trabalho e carreira docente.

Portanto, há um novo paradigma formativo, em Programas Estaduais de Alfabetização via Acordo de Cooperação com Aparelhos Privados de Hegemonia, adequado para atender à

lógica da performatividade, com eficiência e produção de índices de desempenho, e bonificação a partir de premiações para os mais bem classificados. Além disso, as dimensões de avaliação e formação são direcionadas para a mensuração de índices de desempenho e não propriamente para atender ao objetivo central do Programa AlfaMais, que é alfabetizar todas as crianças até o 2º Ano do Ensino Fundamental.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BEM COMUM. **Apresentação**. 2024. Disponível em: <https://www.associacaobemcomum.org>. Acesso em: 20 out. 2024.

ASSOCIAÇÃO BEM COMUM. **Minuta do Acordo de Cooperação Parc, 2023**. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1xsZ6FL2fWynRzxMgjf4\\_JwpUcwxhP2Am/view](https://drive.google.com/file/d/1xsZ6FL2fWynRzxMgjf4_JwpUcwxhP2Am/view). Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF), 1988.

BALL, Stephen J. Educação Global S. A. **Novas redes de políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014. 270 p

CURADO SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro. **Epistemologia da Práxis na Formação de Professores: Perspectiva Crítico-emancipadora**. Campinas: Editora Mercado das Letras, 2019.

GOIÁS. Secretaria de Educação. **Guia AlfaMais Goiás, 2024**. Goiânia, 2024-A.

GOIÁS. Secretaria de Educação. **Guia de Orientações do(a) professor(a), do Leitura, Escrita e Interpretação na Alfabetização (LEIA)**. Seduc, AlfaMais, Undime. Goiânia, 2024-B.

GOIÁS. **Lei n 21.073, de 9 de agosto de 2021**. Cria o incentivo à alfabetização, destinado a premiar as escolas públicas da rede estadual e municipal de ensino, Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 2021.

GOIÁS. Secretaria de Educação de Goiás. **Projeto de curso do programa AlfaMais Goiás: Alfabetização como direito das crianças goianas**. Goiânia: Secretaria Estadual de Educação de Goiás, 2023.

GOIÁS. Secretaria de Educação. **Template SAEGO e Fluência**. Goiânia: Secretaria Estadual de Educação de Goiás, 2023.

GOIÁS. Secretaria de Educação. **Termo Aditivo Acordo de Cooperação nº 101/2021**. Celebrado entre o Estado de Goiás por meio da Secretaria de Estado da Educação e o Instituto

Lemann, Instituto Natura e Associação Bem Comum. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 2021.

HYPOLITO, Álvaro Moreira; DOS SANTOS VIEIRA, Jarbas; LEITE, Maria Cecília Lorea. Currículo, gestão e trabalho docente. **Revista e-curriculum**, v. 8, n. 2, 2012.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS. **Guia de Orientações do(a) Professor(a) do Leitura, Escrita e Interpretação na Alfabetização (LEIA), do primeiro ano do Ensino Fundamental**. Goiânia: Secretaria Estadual de Educação de Goiás, 2023.

RAMOS, M. N. Arranjos de Desenvolvimento da Educação. In: ABRÚCIO, F. L.; RAMOS, M. N. (Orgs.). **Regime de colaboração e associativismo territorial: arranjos de desenvolvimento da Educação**. São Paulo: Moderna, 2012.

SILVA, Fabrícia Estevão da. **Adoção de sistema privado de ensino por escolas da rede pública do Distrito Federal**. 2021

Submissão em: 21/10/2024

Aceito em: 28/02/2025

Citações e referências  
Conforme normas da:

